



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**AS DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES
COGNITIVAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
UMA RELEITURA BIBLIOGRÁFICA**

NOELMA SOARES DE LIMA

NOVA CRUZ-RN
2017

NOELMA SOARES DE LIMA

**AS DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES
COGNITIVAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
UMA RELEITURA BIBLIOGRÁFICA**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Ms. Helder Pacheco de Medeiros.

NOVA CRUZ-RN

2017

**AS DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES
COGNITIVAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
UMA RELEITURA BIBLIOGRÁFICA**

Por

NOELMA SOARES DE LIMA

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Helder Pacheco de Medeiros (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AS DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES COGNITIVAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL UMA RELEITURA BIBLIOGRÁFICA

Noelma Soares de Lima

RESUMO

A educação especial atualmente compreende a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) dentro do ensino regular, KAUFRONI & PAN (2001) e SILVA (2011) abordam em seus trabalhos alguns fatores que influenciam no processo de ensino desses alunos, o presente trabalho constitui-se de uma revisão bibliográfica com intuito de elencar os principais fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes com Necessidades Educativas Especiais NEE. Através de revisão de artigos e textos publicados, foi possível identificar que a falta de projetos pedagógicos de inclusão, a dificuldade de compreensão da diversidade de NEE, o despreparo dos professores, a falta de estrutura das escolas e a falta de investimento governamental, são fatores que dificultam o processo de inclusão e desenvolvimento da aprendizagem cognitiva em crianças especiais. Destaca-se ainda que, a construção deste trabalho foi de grande contribuição para o desenvolvimento da formação pedagógica e como mais um material de acesso aos interessados na temática.

Palavras-chave: Desenvolvimento cognitivo. NEE. Ensino-aprendizagem. Educação Especial.

ABSTRACT

Special education currently includes the inclusion of students with special educational needs (SEN) within regular education, KAUFRONI & PAN (2001) and SILVA (2011) discuss in their work some factors that influence the teaching process of these students, the present work is a bibliographical review with the intention of listing the main factors that influence the teaching-learning process of children and adolescents with special educational needs SEN. Through a review of published articles and texts, it was possible to identify that the lack of pedagogical inclusion projects, the difficulty of understanding the diversity of SEN, the lack of teacher preparation, the lack of school structure and the lack of governmental investment are factors which hinder the process of inclusion and development of cognitive learning in special children. It is also worth noting that the construction of this work was a great contribution to the development of pedagogical training and as another material for access to those interested in the subject.

Keywords: Cognitive development. SEN. Teaching-learning. Special education.

1. INTRODUÇÃO

Os desafios que permeiam o processo educacional sempre foram muitos e a medida que o tempo passa novos fatores devem ser agregados ao ensino, assim como novas problemáticas surgem diante de um novo contexto social devido a grande e rápida evolução da sociedade.

No contexto contemporâneo diante da grande diversidade cultural, histórica e econômica surge os desafios de se incluir as pessoas especiais de maneira que o ensino possa se tornar significativo. Apesar de já existir diversas dificuldades no ensino regular público, há ainda a necessidade de se elaborar metodologias que visem a verdadeira inclusão de alunos com necessidades especiais. Nesse processo, o professor tem papel fundamental e primordial, sendo um coautor do processo de aprendizagem, devendo estar atento e consciente do seu papel como destaca da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996) em seu art. 58 que o deve haver atendimento especializado a fim de atender a demanda de alunos especiais dentro do ensino regular e esse papel cabe não somente ao Estado, mas aos professores que devem procurar sempre se atualizar e especializar para as demandas apresentadas em sua prática pedagógica.

Em nível nacional, a Constituição Federal de 1988 traz, nesse sentido, em seu art. 208 (BRASIL, 1988) declara que o Estado deve prover o atendimento educacional aos portadores de deficiência, sendo, ainda, ideal que isso seja realizado dentro do ensino regular. Isso deixa evidente a inclusão no ambiente social demonstrando a necessidade de se preservar o direito de igualdade de todos os cidadãos a uma educação e convívio social.

A escola, através dos anos, tem modificado, significativamente, seu papel. Além de instituição formadora ela ganhou o papel de instruidora, aquela que não só perpassa conhecimentos, mas aquela que constrói cidadãos, que os guia no processo de desenvolvimento educacional e social. Através dessa visão a escola também torna-se uma instituição com responsabilidade social inclusiva, mas não somente de aceitar e ensinar alunos com necessidades especiais, mas de conscientizar a sociedade e de mostrar como se deve ser feita essa inclusão de maneira significativa.

A criança com necessidade especial possui aspectos que comprometem sua adaptação ao seu contexto e a adquirir conhecimentos, mas isso não quer dizer que elas são incapazes, elas apenas possuem uma condição que requer metodologias que abarquem sua necessidade e para isso a escola, o professor e toda comunidade escolar é responsável por esse processo, sendo crucial para o desenvolvimento dessa criança, tanto como formação educacional, quanto na sua formação cidadã.

A necessidade do professor e da escola estarem sempre em busca de metodologias que facilitem o processo de ensino-aprendizagem de alunos especiais, sobretudo aqueles com necessidades especiais cognitivas, podendo assim, como menciona Silva (2011, p. 15), se adaptar à cada necessidade do aluno segundo os objetivos e metodologias aplicáveis.

O presente estudo visa objetivar os principais desafios da educação especial no sentido de demonstrar quais os principais fatores que influenciam, tanto positiva quanto negativamente, o processo de planejamento e aplicabilidade do processo de ensino-aprendizagem de crianças especiais, visando um melhor desenvolvimento cognitivo.

Ao se trabalhar com crianças especiais há a necessidade de se compreender o real conceito da sua necessidade, a fim de evitar a confusão causada por termos que podem dificultar ainda mais o processo de educação delas. A deficiência intelectual compreende “um desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizada, essencialmente, por um comprometimento das faculdades que determinam o nível global de inteligência, ou seja, das funções cognitivas.” (SANTOS, 2012, p. 938).

Dentro dessa perspectiva é perceptível que as escolas devem compreender bem essa deficiência a fim de propor metodologias e estruturas em suas dependências para que haja uma aprendizagem significativa dessas crianças, priorizando assim, não sua deficiência, mas sua necessidade de aprendizagem. A educação inclusiva, ainda que possua uma proposta ideal para as escolas, não possui uma aplicabilidade que condiz com sua verdadeira intenção.

A questão crucial que impede que haja uma verdadeira análise do ensino de crianças com deficiência intelectual é que as escolas, e até mesmo os professores,

não possuem subsídios que lhe permitam trabalhar significativamente com essas crianças. Falta estrutura física nas instituições e escolas, o corpo docente muitas vezes não especializado para o ensino de crianças com necessidades especiais e não conseguem ter um planejamento pedagógico adequado para que ela desenvolva suas habilidades. Esses fatores e tantos outros é o que impedem que haja efetivamente um bom desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem de crianças especiais no aspecto cognitivo.

A existência de materiais de pesquisas e metodologias que possam ser aplicadas para crianças com deficiência intelectual são essenciais para se ter material que permeie o trabalho do educador e da escola, priorizando o desenvolvimento dessas crianças, para isso é necessário identificar os fatores que dificultam esse processo de ensino, o que tem sido o ponto crucial no desenvolvimento da educação especial inclusiva.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação para crianças com necessidades especiais tem sido amplamente discutida nos últimos anos, sob uma perspectiva inclusiva e não mais segregada. O processo de ensino dos Portadores de Necessidades Especiais (PNE's) foi inicialmente identificado pelos médicos diante da diversidade dos hospitais psiquiátricos, no princípio tida como doença qualquer manifestação de problema mental, mesmo os menos graves (GLAT & FERNANDES, 2005). O autor ainda cita que “Sob esse enfoque, a deficiência era entendida como uma doença crônica, e todo o atendimento prestado a essa clientela, mesmo quando envolvia a área educacional era considerado pelo viés terapêutico” (GLAT & FERNANDES, 2005, p. 1), ou seja, não era prioritário para o desenvolvimento do indivíduo.

Por volta dos anos 70 a educação especial era uma preocupação para a sistema de educação no Brasil, que inicialmente “absorveu os avanços da Pedagogia e da Psicologia da Aprendizagem, sobretudo de enfoque comportamental” (GLAT & FERNANDES, 2005, p. 2). Isso deu subsídio para se aplicar os métodos e técnicas de ensino baseadas no modelo comportamental.

A metodologia de pesquisa privilegiada era da análise aplicada do comportamento, com ênfase nos estudos de natureza experimental e semi-experimental, com controle de variáveis e observação direta do comportamento. Esse foi o momento dos “métodos e técnicas” e das especificidades da Educação Especial (metodologias de ensino para alunos com deficiência visual, auditiva, mental, superdotação, etc). (GLAT & FERNANDES, 2005)

Apesar dos esforços esse método não foi significativo para a inclusão das crianças no ensino regular, continuando segregada em classes separadas. Porém esse modelo passou a ser bastante criticado, buscando-se alternativas pedagógicas que modificassem esse cenário e englobassem todos os alunos com deficiências.

Foi assim instituída, no âmbito das políticas educacionais, a Integração⁴. Este modelo, que até hoje ainda é o mais prevalente em nossos sistemas escolares, visa preparar alunos oriundos das classes e escolas especiais para serem integrados em classes regulares recebendo, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades especializadas. (GLAT & FERNANDES, 2005)

Ainda é necessário definir o que vem a ser a inclusão e integração, conceitos que têm sido confundidos, mas que possuem perspectivas diferentes no processo educacional de PNE's. Em documento oficial da Secretaria de Estado e Educação (PARANA, 1998, p. 8 apud KAFROUNI & PAN, 2001) menciona que o

[...] processo de INTEGRAÇÃO se traduz por uma estrutura que objetiva favorecer um ambiente de convívio o menos restritivo possível, oportunizando à pessoa portadora de necessidades educacionais especiais um processo dinâmico de participação em todos os níveis sociais"; por outro lado, 'a prática da INCLUSÃO propõe um novo modo de interação social, no qual há uma revolução de valores e atitudes, que exige mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar'.

As vezes há a inferência de que o PNE's deve se adequar aos meios à sua disposição, mas o conceito de inclusão traduz que a sociedade como um todo é responsável pela inserção desse aluno dentro do contexto educacional e social, criando oportunidades e meios que permitam que essa inclusão seja significativa, não é a pessoa com necessidades especiais que deve se adequar ao ambiente, mas sim as pessoas que devem realizar esse processo ao promover meios que permitem a total inclusão social.

A educação escolar compreende um contexto diversificado onde ficam evidentes as diferenças, é onde se manifestam as mais variadas formas de convívio social. Diante de tanta diversidade, a escola incorporou o papel crucial de, a partir da singularidade de cada aluno dentro de um universo tão heterogêneo, promover uma educação integral e significativa para cada aluno (SANTOS, 2012, p. 937). Nesse sentido Costa (2013, p. 24) apresenta que "A palavra inclusão não constitui promover a adaptação ou a normatização de acordo com as características de uma maioria, seu sentido está mais próximo à possibilidade de fazer parte, conviver e não se igualar" e para isso Wedel (apud BAIRRÃO, 1998 apud CAMPOS, 2012, p.45) apresenta o conceito de que "O termo necessidades educativas especiais refere-se ao desfasamento entre o nível de comportamento ou de realização da criança e o que dela se espera em função da sua idade cronológica".

Para auxiliar a escola e o educador nesse processo paradoxo, que ao mesmo tempo é simples e complexo, as teorias do desenvolvimento lhes servem de subsídio para embasar as metodologias de ensino diante da realidade que lhe é apresentada. Para isso, apresenta-se neste trabalho as principais características de desenvolvimento de maneira sucinta.

3.1. TIPOS DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS - NEE

Há diversos tipos de NEE que abrangem diversos graus de manifestação das mais variadas necessidades, podendo ser classificadas: permanentes, de caráter intelectual, de caráter processual, de caráter emocional, de caráter motor, de caráter sensorial e as temporárias. (CAMPOS, 2012), ainda para ele, as NEE obrigam uma adaptação dos currículos para os alunos, durante todo seu percurso escolar.

3.1.1. As NEE permanentes

Campos (2012, p.48) apresenta uma classificação das NEE como sendo de caráter intelectual, incluindo aquelas que possuem dificuldades acadêmica e de caráter social, sendo também inclusos os dotados e superdotados; as de caráter emocional estão os indivíduos que possuem uma discrepância entre o “nível de inteligência” e sua prática escolar (CORREIA, 1991 apud CAMPOS, 2012, p. 49) sendo consideradas também as crianças com problemas emocionais e/ou comportamentais evidentes que influenciam no seu rendimento escolar; as NEE de caráter motor são os indivíduos que possuem capacidades físicas alteradas por condições orgânicas ou ambientais e; as de caráter sensorial, incluindo os indivíduos com capacidades visuais e auditivas afetadas.

3.1.2. As NEE temporárias

Em síntese as NEE's temporárias apresentam-se, como seu próprio nome diz, de maneira temporária, para isso a adaptação do currículo deve ser realizada de acordo com a necessidade do aluno, no determinado momento em que ele necessite, de maneira a vir resolver as dificuldades momentânea, geralmente relacionadas a problemas de escrita, cálculos, atrasos, desenvolvimento motor, perceptivo, linguístico ou sócio emocional (CAMPOS, 2012, p. 50).

A compreensão a cerca das NEE e de como ela se apresenta nas crianças pertencentes ao contexto abordado são essenciais para o bom desenvolvimento do

processo pedagógico e um planejamento adequado, sendo primordial conhecer as características inerentes à elas para uma adaptação correta do currículo.

3.2. PERSPECTIVAS DOCENTES NO ENSINO DE CRIANÇAS ESPECIAIS

As diversas teorias que regem a prática docente, não são, por si só, suficientes para subsidiar o trabalho do professor no processo de ensino-aprendizagem de crianças especiais. É necessário que a escola e o educador possuam uma visão analítica e crítica sobre a necessidade dos alunos, sob o risco de não conseguir atingir resultados significativos na inclusão e educação desse aluno.

Como aborda Silva (2011, p. 9) os parâmetros educacionais não são suficientes para esse processo de inclusão nas escolas regulares dos alunos especiais, é necessário identificar quais fatores e requisitos se adaptam a história social e afetiva desse aluno, esclarecendo-nos que é preciso compreender subjetividade de cada aluno, cada qual com suas limitações e habilidades, para que seja possível planejar adequadamente como trabalhar as metodologias dentro de cada caso específico.

Em contrapartida, as dificuldades que envolvem todo o processo de inclusão são numerosas ainda, pois “[...] apesar de existirem dispositivos legais para atendimento aos alunos com necessidades especiais, os requisitos para suprir essas carências nem sempre têm suporte nas escolas [...]” (SILVA, 2011, p. 09). Apesar de ser amplamente amparada por lei, diretrizes e portarias, a teoria e a prática divergem em sua essência. Não há um plano metodológico significativo que seja genérico nas escolas brasileiras, não existe uma prática que seja modelo para os professores conseguirem embasar sua prática mediante as teorias apresentadas.

A formação dos professores é outro aspecto que influencia, e muito, sua prática docente com crianças especiais, que muitas vezes é carente da abordagem dessa temática onde “[...] é muito difícil avançar no sentido das escolas inclusivas se os professores sem seu conjunto, não adquirem uma competência suficiente para ensinar todos os alunos” (MARCHESI, 2004 apud SILVA, 2011 p. 17). Contudo, os

professores também devem buscar uma constante atualização das metodológicas disponíveis, principalmente com o grande desenvolvimento das tecnologias, que podem e devem ser utilizadas em benefício da educação, como afirma Lima (2007, apud SILVA, 2011, p. 15) no que se refere ao professor:

[...] o mesmo deverá receber formação adequada para que suas habilidades estejam sempre à disposição da melhor forma possível ao educando. Os cursos de atualização tecnológica, além de capacitar o professor serve também como uma injeção de ânimo e motivação para que esteja sempre apto a desenvolver sua função da melhor forma possível.

Além dos aspectos que envolvem a escola e professores, a interação da família também é um fator crucial para o bom andamento do processo de inclusão e desenvolvimento educacional da criança. Como cita Paniagua (2004, apud SILVA, 2011, p. 16) que os pais devem estimular seus filhos a interagir socialmente através do lazer, jogos e estudos compartilhados, o que torna o tempo dos pais com seus filhos mais significativo, contribuindo para a aprendizagem do seu filho juntamente com a escola e o professor.

Como percebido, são diversas as dificuldades enfrentadas no processo de ensino. Em sua maioria, as escolas não possuem ambientes favoráveis a inclusão, são salas superlotadas, ambiente físico não adaptado, falta de material didático e acesso as tecnologias é escasso. Além desses aspectos há ainda o aspectos subjetivo da sociedade, que muitas vezes não compreendem a necessidade e importância do processo de inclusão. Marchesi (2004, p. 44 apud SILVA, 2011, p. 19) por sua vez cita que

Não pode ignorar o conjunto de condições que influenciam o trabalho do professor. Sua retribuição econômica, suas condições de trabalho, sua valorização social e suas expectativas profissionais são, ao lado da formação permanente, fatores que facilitam ou dificultam sua motivação e sua dedicação.

Além de todos esses aspectos ainda há a responsabilidade governamental que devem ter planejamento e investimento de recursos suficientes para que a educação inclusiva ocorra em seu nível físico e de recursos pedagógicos, proporcionando as escolas banheiros adaptados, salas suficientes, recursos tecnológicos e materiais didáticos adequados a prática docente.

4. METODOLOGIA

O presente trabalho usou a pesquisa qualitativa bibliográfica de artigos através da pesquisa no site Google por palavras-chave: “ensino de crianças especiais”, “desafios da docência no ensino de crianças especiais”, “métodos de ensino para crianças especiais”. Foram utilizados somente publicações na língua portuguesa e após o levantamento das pesquisas, elas foram organizadas e seu conteúdo disposto de forma coesa e sequencial na construção deste trabalho.

5. ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA

A compreensão a cerca da bibliografia encontrada faz inferir que ainda há muito o que evoluir no processo de ensino-aprendizagem de crianças especiais, que há um leque de diretrizes que permitem um embasamento teórico, mas que a teoria e prática ainda estão em realidades distintas.

No que diz respeito ao papel da escola no processo de inclusão de alunos com NEE, Kafrouni & Pan (2001) identificaram alguns fatores em seu trabalho: falta de projeto de inclusão, poucas escolhas apresentam projetos que proporcionem uma inclusão significativa; a falta de material didático adequado, que dificulta o planejamento e prática pedagógico; pouco entendimento da NEE do aluno, diante da diversidade de tipos de NEE, fica difícil para o professor conseguir abarcar todas elas em uma especialização ou ainda lidar com todas as particularidades de cada tipo.

Silva (2011) em seu estudo aponta que a qualificação dos profissionais envolvidos na educação de crianças/adolescentes com NEE é um dos fatores cruciais para um bom desenvolvimento do o trabalho pedagógico significativo e que a grande diversidade de NEE é um fator que os deixa “inseguros” no atendimento a esse público. Há ainda uma questão do estereótipo de aluno ideal, criando uma homogeneidade, o que acaba criando uma barreira para a diversidade dos alunos especiais, assim como a heterogeneidade como um todo.

Os conceitos aqui apresentados visam tornar-se mais um material que possa esclarecer alguns fatores que permeiam a educação inclusiva, propiciando uma melhor compreensão para os profissionais envolvidos na área. É certo que há a necessidade de aprofundamento dessa temática, mas a explanação simples do problema também permite que todo o público envolvido (sociedade, família, professores, escola, etc.) possam compreender de maneira sucinta sobre a educação de crianças especiais.

A construção deste trabalho leva a reflexão do que é possível executar para que seja oferecido um ensino regular de qualidade, não tão somente para crianças especiais, mas a inclusão como um todo, nos mais variados níveis de interação social como descreve Bueno (1999, p. 22):

Se os princípios básicos da educação inclusiva são o de procurar deslocar o eixo das dificuldades intrínsecas das crianças com necessidades educativas especiais para as suas potencialidades e o de considerar que a escola precisa lidar com as diferenças, sejam elas de raça, gênero, condições sociais ou de alterações orgânicas; e se esses princípios nos levam a abrir a perspectiva de que boa parcela dos problemas enfrentados pelas crianças com necessidades educativas especiais não são diferentes das dificuldades apresentadas por crianças consideradas como normais, e que tais problemas são muito mais reflexos de processos pedagógicos inadequados, a formação do professor especializado deve levar em conta tais aspectos. (BUENO, 1999, p.22)

Acredita-se que a formação do professor é um aspecto crucial para o bom desenvolvimento do ensino de crianças especiais e possui grande parcela de responsabilidade do governo, que deve promover ferramentas que permitam que esse trabalho pedagógico possa ser executado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo que a sociedade evolui em suas mais variadas facetas, ela exige uma reformulação educacional que se adeque a nova realidade das crianças e adolescentes. Diante das leituras foi possível destacar os mais relevantes fatores que influenciam no desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem de portadores de NEE.

O investimento governamental para prover subsídios que possam melhorar a infraestrutura das escolas e promover especializações para os professores das escolas públicas foi um dos fatores identificados, além da própria formação do professor, que deve elencar a metodologia de ensino de crianças e adolescentes especiais em virtude de uma nova realidade social e educacional.

A compreensão do que vem a ser a NEE é fundamental para o trabalho da escola e do professor, bem como a relação da família nesse processo que envolve não somente escola e familiares, mas toda a sociedade, que tem a responsabilidade de promover a inclusão de pessoas com necessidades especiais de qualquer natureza, através do princípio de igualdade e equidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 06 dez. 2017.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 06 dez. 2017.

BUENO, J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999. Disponível em: <http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf> Acesso em: 25 out. 2017.

CAMPOS, A. P. M. **A inclusão de crianças com NEE em turmas do ensino regular: percepções docentes, encarregados de educação e representantes do conselho executivo.** (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, Portugal) 2012. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2561>> Acesso em: 30 out. 2017.

COSTA, V. M. P. **A inclusão de uma criança com limitações cognitivas/deficiência intelectual em contexto educativo regular: estudo de caso.** (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, Portugal). 2013. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4328/1/Disserta%C3%A7%C3%A3oMestradoVascoCosta.pdf>> Acesso em: 13 out. 2017.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira.** Revista Inclusão, n.º 1, MEC/SEESP, 2005.

KAFROUNI, R.; PAN, M. A. G. de S.; **A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso.** InterAÇÃO, Curitiba, 2001, 5, p. 31 a 36.

LORDELO, E. R., CHALHUB, A. A., GUIRRA, R. C. & CARVALHO, C. S. (2007). **Contexto e Desenvolvimento Cognitivo: Frequência à Creche e Evolução do Desenvolvimento Mental.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/188/18820219/>> Acesso em: 13 out. 2017

SANTOS, D. C. O. dos. **Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual*.** Educ. Pesq., São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935-948, out./dez., 2012.

SILVA, M. R. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva.** UnB, Instituto de Psicologia. Brasília, 2011. Disponível em: <

http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf> Acesso em: 15 out. 2017.